



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Bento Gonçalves

A INFLUÊNCIA DO NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO: reflexões a partir da BNCC

Daiane Vicari Nunes¹

Henri Luiz Fuchs²

RESUMO

O presente artigo objetiva refletir sobre a influência do neoliberalismo na elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O capitalismo, na sua versão neoliberal, busca influenciar e definir as políticas públicas de acordo com as suas características autoritárias e excludentes. No Brasil, as políticas neoliberais começam a ser implantadas no Governo Collor (1990 - 1992). Nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2003), o neoliberalismo avança sobre o Estado e diminui sua capacidade de promover políticas públicas que atendam às demandas sociais. Por meio de fundações e movimentos, como a Fundação Lemann, Todos Pela Educação e Movimentos Pela Base, o neoliberalismo desenvolve estratégias para implantar as políticas de mercado na educação. Através da metodologia baseada na revisão bibliográfica, documental, exploratória e de análise qualitativa, foi feita a reflexão sobre o tema. Os principais autores que contribuíram nas reflexões foram Freitas (2017), Freitas (2018), Saviani (2020), Saviani (2021), Frigotto (2005) e Frigotto (2016). Concluiu-se que a elaboração da BNCC negligenciou a diversidade e as especificidades das realidades locais, impondo um modelo padronizado de competências e habilidades. Ela incentiva a competitividade, promove o pragmatismo e uma visão reducionista da educação, voltada para o mercado de trabalho e para a padronização do ensino. Dessa forma, desvaloriza a profissão docente, fragiliza a formação básica e estimula o tecnicismo e o empreendedorismo na classe trabalhadora.

Palavras-chaves: neoliberalismo; políticas educacionais; BNCC; currículo; formação docente.

1 INTRODUÇÃO

O cenário político brasileiro sofre por influências e golpes desde sempre. Com a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em 2017, deixou ainda mais evidente que o setor público foi tomado pelo setor privado, criando um currículo pensado para o mercado de trabalho. Essas mudanças de perspectivas estão relacionadas com a economia do mercado neoliberal. O neoliberalismo fica

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - Campus Bento Gonçalves. Discente do Curso de Pedagogia. E-mail: vicaridaiane71@gmail.com

² Dr. Em educação. Professor orientador e docente no curso de Pedagogia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - Campus Bento Gonçalves. E-mail: henri.fuchs@bento.ifrs.edu.br

ainda mais claro quando sabemos que a discussão e elaboração da BNCC foi feita em um cenário após um processo de impeachment que destituiu a Presidenta Dilma Vana Rousseff do cargo, em 2016.

Tendo isso em vista, busco compreender os processos de elaboração da BNCC, e as decisões que foram tomadas para o delineamento do currículo perpassado pelas competências e habilidades, suas características principais e o cenário político no qual ela foi homologada. Após muito pensar, cheguei a conclusão de trazer esse tema para a minha pesquisa e refletir sobre os impactos que a base curricular traz para a educação brasileira e como um currículo que exclui disciplinas de caráter crítico pode ser problemático.

Em meio a um processo de impeachment que foi golpista, midiático e jurídico, o Brasil teve retrocessos irreparáveis em um curto espaço de tempo. Direitos trabalhistas foram perdidos, o teto de gastos criado para conter a inflação trouxe danos irrecuperáveis para a sociedade brasileira e as políticas sociais enfraquecidas sendo pouco ou nada discutidas no Congresso ou com o conjunto da sociedade (MIGUEL, 2023). A educação do país sofreu com os cortes de gastos, sendo reforçada a política de parceria público-privada para implementar currículos nacionais. A Base Nacional Comum Curricular foi elaborada nesse contexto. Os professores tiveram pouca participação e o setor privado tomou as rédeas da escrita do documento. Triches (2018, p. 66) define que a Base Comum Curricular foi elaborada com “um caráter de viés conciso e conservador”, ou seja, criado de forma não democrática. Isso resultou numa Base Nacional Comum Curricular que foi feita para aprender o necessário para o mercado de trabalho neoliberal, com ênfase nas competências e habilidades. Disciplinas de caráter crítico e humanístico são minimamente contempladas no currículo, o que resulta na redução da formação básica a um conjunto limitado de conhecimentos técnicos, sem a devida e necessária relação com a realidade social. Afinal, quais os aspectos do neoliberalismo estão presentes na elaboração da Base Nacional Comum Curricular?

O objetivo desta reflexão é analisar as influências do neoliberalismo na BNCC. A pesquisa é uma revisão bibliográfica, exploratória e qualitativa a partir de artigos científicos, documentos e livros de referências teóricas. De acordo com Gil (2002), a revisão bibliográfica se desenvolve a partir de um material que já foi elaborado antes. Para o autor, “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside

no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. (Gil, 2002, p. 3).

A pesquisa bibliográfica traz as contribuições de autores sobre o assunto, enquanto que a documental, é baseada em documentos legais sobre o tema em tela, elaborados em instâncias decisórias e que devem ser observados pela sociedade.

Ainda de acordo com Gil, (2002), a pesquisa exploratória visa ser explícita, aprimorar novas ideias e construir novas hipóteses. Trata-se de um artigo requerido para a conclusão do curso de Pedagogia do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Campus Bento Gonçalves, de revisão bibliográfica e documental.

A análise qualitativa, ainda de acordo com Gil, (2002), baseia-se numa sequência de coleta de dados, sua organização e elaboração da escrita do texto final, que busca compreender as ações humanas e suas contradições.

2 O SURGIMENTO DO NEOLIBERALISMO

O Neoliberalismo, vertente do capitalismo, começou a ganhar força em meados dos anos 1980 (FCP s.d.) tendo Margareth Thatcher e Ronald Reagan como principais referências na implementação das suas políticas. Seus principais ideais eram privatizar serviços públicos básicos, tendo como consequência o enfraquecimento do Estado, fazendo com que as desigualdades sociais aumentassem.

Com a imposição das políticas neoliberais, não demorou muito para que o neoliberalismo chegasse ao Brasil e em outros países da América Latina, trazendo reformas que incluíam a liberalização do comércio e privatização das estatais, que acabou desregulamentando os mercados financeiros. O avanço neoliberal originou-se por dois motivos, principalmente

Por um lado, a frágil institucionalização que marcou a transição para a democracia naquelas nações que superavam a traumática experiência de longas ditaduras, e, por outro, as peculiaridades de regimes políticos democráticos de caráter tutelar e com alto grau de corrupção nos poucos países que não enfrentaram governos de facto durante esse período, constituíram fatores propícios para a expansão do neoliberalismo na América Latina (Gentili, 1998. p.13).

O Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) foram criados em 1944 na Conferência de Bretton Woods, nos Estados Unidos (Pereira, 2025,

p.5). O BM e o FMI surgem como grandes articuladores e apoiadores do neoliberalismo, que compactuam com essas ideias e promovem empréstimos e ajudas financeiras aos países em desenvolvimento, sendo assim, uma distribuição desigual da economia.

De acordo com Fonseca,

A partir dos anos 1970, o BM que anteriormente concentrava seus investimentos em infraestrutura e energia, passa a se dedicar a questões sociais, investindo no incremento da produção, sobretudo a agrícola, como uma medida de contenção do avanço da pobreza. Assim, a educação, que até então não era privilegiada, passa a ter os créditos da agência. Dos anos 1970 até 1990, o BM elaborou políticas educacionais que direcionaram a distribuição de créditos para este setor, dois traços nestas políticas são marcantes, o primeiro deles é a busca da integração dos projetos educacionais a projetos setoriais, como, por exemplo, o de desenvolvimento rural. O segundo é atribuição de caráter compensatório à educação, entendida como ferramenta para diminuição da condição de pobreza nos países de Terceiro Mundo, principalmente em períodos de ajustamento econômico (FONSECA, 2007, p. 231).

A educação passa a ser um objeto de troca para o BM e outras organizações, como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), que conceituam a educação como um serviço, sendo orientada através de normas e comercialização de serviços em geral (OLIVEIRA, 2020), grandes empresas conseguem se infiltrar nesse meio e ser influentes na elaboração de currículos orientadores da educação, o que Saviani chama de atividade mediadora no seio da prática social global (2020, p.131).

3 O NEOLIBERALISMO NO BRASIL

No Brasil, o neoliberalismo chega com maior intensidade a partir do Governo Collor de Mello (1990-1992), às sombras da Ditadura Militar de 1964 (LIMA, 2016), através da precarização e sucateamento das políticas de saúde, educação, trabalho, assistência social, entre outros. Fernando Collor, enquanto Presidente da República, não criou leis específicas para a educação, mas criou medidas econômicas, como o “Plano Collor”, que afetou diretamente todos os setores e políticas sociais da economia brasileira. Segundo Maciel (2011, p. 100), o compromisso do governo Collor consistia no “corte de gastos estatais, inclusive dos direitos sociais, à redução do funcionalismo público, ao controle do déficit público e à revisão dos direitos sociais e trabalhistas garantidos pela Constituição”.

Com o descontentamento de sua liderança, a população vai às ruas para que o mandato de Collor seja revogado, em dezembro de 1992, por uma carta lida pelo advogado Dr. José Moura Rocha com o intuito de não sofrer o processo, Collor renuncia da presidência. No entanto, em 30 de dezembro de 1992, no Senado Federal é realizada a votação do impeachment de Collor. Com 76 votos contra e 3 a favor, Fernando Collor de Mello perde o mandato, seus direitos políticos e fica inelegível por oito anos (MACIEL, 2016).

Em 1995, elege-se Presidente da República Fernando Henrique Cardoso (FHC), que apresenta como principal característica do seu governo as transferências das empresas estatais, como a Companhia Siderúrgica Nacional, maior empresa do Brasil e uma das maiores do mundo (LIMA, 2016) para a iniciativa privada. FHC usava a premissa de que as estatais eram ineficientes e que, para isso, era necessário que houvesse uma intervenção na economia brasileira. As privatizações começaram a surgir em massa, sendo o governo que mais privatizou estatais até hoje no Brasil (DURHAM, 2000), afetando direta e indiretamente a educação brasileira. Ao mesmo tempo, neste governo, foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), Lei 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que desti

na 60% dos recursos para o pagamento de salários aos docentes. Entrementes, com a transformação do Fundef em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), Lei 11.494/07, foi ampliado esse percentual para 70%, com abrangência para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio. Ambas as políticas reforçam a descentralização financeira dos recursos públicos para a educação básica (Corrêa, Carvalho, 2021). Essa política envolve os municípios, Estados e o Governo Federal.

Uma das principais parcerias público-privada realizada no Governo FHC, foi a criação do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), de acordo com Lima e Cunha, o programa foi criado pelo seguinte motivo

Impulsionado pelo financiamento de agentes privados estrangeiros e nacionais, o desenvolvimento das empresas educacionais de educação superior consolidou a mercantilização da educação e privatização de serviços públicos. Nesse período iniciou-se um significativo processo de expansão na oferta da educação superior no Brasil. Contudo, a educação superior entrou no processo de expansão por meio da privatização, enquanto as políticas educacionais adotadas seguiram um modelo de mercado, produtivistas e gerencialistas, pautadas no crescimento quantitativo (instituições, matrículas, cursos, vagas) do setor

privado/mercantil (LIMA; CUNHA, 2020, p.4).

Nota-se que as reformas neoliberais influenciaram com êxito o processo de privatização de ensino, que justificavam como liberdade de ação do capital e livre regulação do mercado. O governo ficou marcado também pela privatização das escolas técnicas (LIMA; CUNHA, 2020).

Após os 8 anos de governo FHC, torna-se Presidente do Brasil Luis Inácio Lula da Silva. Lula realizou seu mandato dos anos de 2003-2006 e 2007-2011, com um viés oposto ao do governo anterior. Garcia (2018), afirma que o governo em vigor demonstrou ter características para um desenvolvimento econômico, mas também em busca do desenvolvimento social, com políticas públicas e distribuição de renda para a classe trabalhadora.

O Governo Lula I e II fez grandes contribuições para educação pública brasileira, desde a educação básica, como o Programa Nacional da Merenda Escolar (PNAE) e o Fundeb, como o Programa Universidade para Todos (ProUni), no ensino superior, por exemplo.

Como sua sucessora e com o intuito de manter o trabalho que vinha sendo realizado, Dilma Rousseff, ministra do governo Lula, sucedeu o então presidente com o intuito de dar continuidade às políticas criadas nos oito anos de gestão. Dilma se tornou a primeira mulher presidenta do país e governou o país de 2011 a 2016, quando seu mandato foi interrompido pelo golpe político-jurídico-midiático (MELO; MARINHO JUNIOR; SANTOS; FRANÇA; SANTOS, 2020).

Durante o governo de Rousseff, o neoliberalismo retorna com força ao cenário político brasileiro. Este vinha sofrendo ataques desde o ano de 2013, com as manifestações que ficaram conhecidas como “Jornadas de Junho”, que começaram com protestos contra o aumento da tarifa do transporte público e foram se ampliando em reivindicações para melhorias nas áreas da saúde, educação, segurança, fim da corrupção, entre outros.

Rousseff, nas eleições de 2014, acabou reelegendo Presidente da República. No entanto, ela sofre pressão do Congresso Nacional, e uma crise que se alongava desde o início de seu primeiro mandato estava se alastrando, o que culminou em um processo de impeachment. Em 2016, por 367 votos a favor e 137 contra, Dilma é destituída do seu cargo e quem assume, então, é o seu vice, Michel Temer (G1, 2017).

Com a chegada de Temer ao Palácio do Planalto, o neoliberalismo retorna com força no Brasil, deixando evidente o que Sader e Gentili (2008) afirmam ao falar que estamos presenciando o fim do processo neoliberal e a entrada do pós-neoliberalismo. Nos feitos do seu governo, Temer dá continuidade ao processo de elaboração da BNCC, que havia se iniciado no governo Rousseff. Com um viés mercadológico, apoiado por grupos empresariais que desejavam promover uma educação voltada ao trabalho nos moldes capitalistas (FREITAS, 2017).

A reforma do Ensino Médio, o “Novo Ensino Médio” (NEM), como ficou conhecido, também foi uma política criada no desmonte da educação iniciado no governo de Michel Temer, acentuando o caráter neoliberal que vinha tomando conta da educação brasileira.

De acordo com Frigotto,

A reforma de ensino médio proposta pelo bloco de poder que tomou o Estado brasileiro por um processo golpista, jurídico, parlamentar e midiático, liquida a dura conquista do ensino médio como educação básica universal para a grande maioria de jovens e adultos, cerca de 85% dos que frequentam a escola pública. Uma agressão frontal à constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes da Educação Nacional que garantem a universalidade do ensino médio como etapa final de educação básica (2016, p. 325).

A Reforma do Ensino Médio foi elaborada por pessoas que não defendem a educação para todos, porque articulam com o pensamento do BM e OMC, defendendo um serviço que busca contemplar as necessidades do mercado. A educação que tem por sua principal finalidade a reprodução do ser social, acaba se tornando uma mercadoria, que, conforme MARX (2013) é o que se produz para o mercado, ou melhor, foi produzida para vender. Ainda de acordo com Frigotto (2016), essa reforma foi realizada por analfabetos sociais e doutores em prepotência que faziam parte do Governo Temer, não entendiam o que é educação básica e, se entendiam, não queriam que os mais pobres tivessem acesso.

4 A INFLUÊNCIA DO NEOLIBERALISMO NA BNCC

A Constituição Federal apregoa o Art. 210, que “serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (BRASIL, 1988). Por estarmos vivendo dentro do sistema capitalista que, conforme Meszáros (2011), que vive de crises cíclicas, não são passageiras, e se caracterizam

por serem longevas e duradouras, sistêmicas e estruturais, são exigidas reformas e ajustes constantes nas políticas públicas que impactam as bases curriculares. Nesse sentido, grandes grupos empresariais, dentre eles: Fundação Lemann, Fundação Roberto Marinho, Instituto Ayrton Senna, Instituto Inspirare, Instituto Natura, Instituto Unibanco, Itaú BBA, Todos Pela Educação (TPE)³ investem na educação e visam resultados financeiros e interferem nas políticas educacionais homogeneizadoras em diferentes países sem considerar as especificidades locais (Saviani, 2007). Além dessas instituições, grandes grupos atuam e influenciam nas decisões políticas, como a Kroton, Instituto Milleniun, Fundação Santander (NOVAES; OKUMURA, 2022); Fundação Bradesco, Itaú Social, Banco SICREDI que, como filantropos investem milhões em educação e mantêm escolas (MORGAN; MOCARZEL, 2024; CÓSSIO; SCHERER, 2019). Todas essas instituições desenvolvem ações voltadas para a formação docente, em especial, para a continuada, e possuem representantes no Conselho Nacional de Educação (CNE), onde seus intelectuais interferem na definição das políticas públicas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/96) defende que deva existir uma base nacional comum:

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

A BNCC vigente teve sua elaboração iniciada em 2009, a partir de um movimento nacional em defesa da Educação. Em 2011, foi apresentada uma versão preliminar que foi publicada em 2014, (MEC, 2014), quando Henrique Paim estava no Ministério da Educação. O documento defendia um avanço na educação, garantindo conteúdos básicos para uma formação democrática.

Por trás da elaboração da BNCC, ainda no Governo Dilma, criou-se um grupo denominado “Movimentos Pela Base”³, financiado pela Fundação Lemann, onde propunha-se que os organizadores da BNCC não fizessem parte do governo, assim, poderiam elaborar a base “sem influências governamentais” e sim por órgãos independentes. Após o golpe e com a ascensão do Governo Temer, a justificativa foi de que para o bem das crianças mais pobres era necessário elaborar uma base que

³ Todos Pela Educação é uma criação da Fundação Lemann.

atendesse a todos, de Norte a Sul do país, sem diferenças de classes, raça e gênero. Freitas, afirma que

A BNCC tem por fundamento uma concepção gerencialista autoritária que é dissimulada nesta argumentação de garantir direitos aos mais pobres. A intencionalidade da atual base é padronizar para poder cobrar da escola. Quando dizem que a BNCC garante direitos dos mais pobres, querem de fato significar que agora a escola será penalizada se não ensinar os pobres (ou os 4ricos) de acordo com tudo que a BNCC diz que têm direito – independentemente de terem ou não condições concretas para poder desempenhar seu trabalho (Freitas, 2017).

Freitas (2018) sugere que a reforma empresarial consiste no fato de que se o aluno não aprende, o problema está na escola e na educação, sem analisar as condições de vida que está por trás de cada indivíduo, aumentando a desigualdade social, inferiorizando o papel do professor que passa a ter sua carga horária exaustiva e remuneração inadequada, excluindo a péssima infraestrutura da escola, salas lotadas e outros problemas que vem se arrastando há anos.

No cenário político, passaram a atuar de forma decisiva por meio do financiamento de campanhas e até atuação direta na elaboração de leis (SADER; GENTILI, 2003). Os ideais neoliberais influenciaram diretamente a elaboração da BNCC, bem como nas competências e habilidades que o documento traz em sua estrutura. Freitas alega que

Do ponto de vista das finalidades da educação, embora nem sempre explícitas, os reformadores visam a implementação de reformas educacionais para, por um lado, garantir o domínio de competências e habilidades básicas necessárias para a atividade econômica revolucionada pelas novas tecnologias e processos de trabalho (Revolução 4.0) e, por outro, garantir que tal iniciativa se contenha dentro da sua visão de mundo que se traduz em um *status quo* modernizado (FREITAS, 2018, p.41).

A BNCC define as competências e habilidades a serem desenvolvidas desde a educação infantil, impondo o caminho que as crianças irão percorrer na escola já na sua chegada aos 4 meses de vida, até os 18 anos, no final do Ensino Médio, se chegarem até lá. A Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope) diz que

A fragmentação do ensino médio em “itinerários formativos específicos” fere o direito ao conhecimento para a ampla maioria dos estudantes que se encontra no Ensino Médio público, tendo como falsa justificativa um currículo mais flexível e atraente para o aluno, que vá reduzir as taxas de evasão. Isso, de fato, vai aprofundar a dualidade do Ensino Médio e o apartheid social dos jovens pobres, negando-lhes a oferta desse nível em igualdade de condições, favorecendo ainda mais a mercantilização do ensino (ANFOPE, 2016).

⁴ O “Movimento Pela Base” é uma criação de várias empresas e institutos.

Esse apartheid social se mostra nos dados do Censo Escolar de 2024, que apontam 5,9% de evasão escolar após a pandemia do Covid-19 (Inep, 2025). O atual Ministro da Educação, Camilo Santana, alega que os jovens estão fora da Escola devido ao modelo do Ensino Médio, por isso, criaram estratégias como o Programa Pé-de-Meia (MEC, 2025). O atual currículo, para Freitas (2017) traz à tona o “velho estilo tecnicista que escraviza o magistério a processos previamente definidos”, elaborado para que os sujeitos se tornem bons trabalhadores, alinhando-se às expectativas do mercado de trabalho.

O neoliberalismo econômico tem um grande papel no avanço da educação tecnicista. Segundo Laval (2003), a educação no Brasil é muito mais neoliberalizada que na Europa, associando-se com os modelos de empresariamento das relações, que, de acordo com Freitas (2018, p. 43),

O neoliberalismo olha para a educação a partir de sua concepção de sociedade baseada em um livre mercado cuja própria lógica produz o avanço social com qualidade, depurando a ineficiência através da concorrência. Segundo essa visão, a generalização desta concepção para todas as atividades do Estado produzirá uma sociedade melhor.

A BNCC preza pela competitividade entre os estudantes. O próprio Ministro da Educação na Gestão Temer, Rosseli Soares, durante uma palestra, afirmou que é importante mostrar como funciona a mão de obra, para que o jovem entenda o que tem que ser feito, para que a competitividade aumente e a empregabilidade também (MEC, 2018). Soares deixa ainda mais evidente que foi elaborado para atender as demandas do capitalismo.

Com o Estado sendo um dos entes que devem garantir a educação, junto com a família, conforme a Constituição Federal (CF), art. 205, caberia a ele promover políticas públicas, inclusive na educação, a fim de desenvolver a pessoa e preparar para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Entretanto, no capitalismo que cerca nosso cotidiano, a BNCC traz novos conceitos, entre eles o “aprender a aprender”, “protagonismo do aluno” e “competências e habilidades”. O próprio documento alega em suas explicações que o real significado de competências é:

Definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. Ao definir essas competências, a BNCC reconhece que a “educação deve afirmar valores e

estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza (BRASIL, 2017, p.8).

Possuir uma Base Comum Curricular não é um problema, a questão é o cenário em que ela foi elaborada, anulando as lutas sociais e o atendimento aos mais vulneráveis, visando o mercado financeiro, fazendo com que estes indivíduos recebam uma escola intensa e excludente. A educação tem sido tratada como um serviço a ser prestado, uma mercadoria a ser comprada ou adquirida por meio da filantropia (FRIGOTTO, 2005). A filantropia é uma prática, sem fins lucrativos, utilizada para ajudar as pessoas em estado de vulnerabilidade. Na educação, elas estão escondidas atrás de interesses políticos. FREITAS (2018) afirma que são máquinas de lavagem de dinheiro, conhecidas como “dark money”.

Documentos orientadores da educação brasileira, como a Constituição Federal de 1988; as Diretrizes Curriculares Nacionais de (DCN), de 1990; as DCN, de 2000, as DCN, de 2010; e o Plano Nacional de Educação (PNE, Lei 13.500/2014), já trazem essa pauta de um currículo único, que defende a educação igualitária para todos. O documento da PNE (2014, p. 23) diz que

A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo sexto, a educação como um direito social, sendo que, no caput do artigo 205, destaca que a educação é “direito de todos e dever do Estado e da família”, devendo visar ao “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Neste sentido, a Carta Magna determina que a educação seja oferecida em igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, que seja garantido o padrão de qualidade, a gratuidade do ensino em estabelecimentos oficiais, a valorização dos profissionais, dentre outros aspectos relevantes.

A permanência e qualidade de ensino devem ser garantidas a todos os estudantes da educação básica no Brasil, de forma igualitária. Entretanto, a BNCC limita o que deve ser ensinado na escola, entendendo que todas as escolas de um país inteiro são iguais, com a mesma infraestrutura e professores com a mesma formação, com os mesmos materiais didáticos, trazendo habilidades e competências, que, se não forem atingidas, o aluno estará inapto para frequentar o próximo ano,

A BNCC, ao longo de seu processo de construção, foi estabelecida como “obrigatória”, e não como um referencial. A ideia é que, a partir dela, se padronize e se controle também a formação de professores, tanto nos cursos de Licenciatura, isto é, na formação inicial, quanto nos programas de formação continuada. Ademais, a escolarização da criança será antecipada, embora muitos educadores conheçam os efeitos nefastos desse processo. As crianças brasileiras, sobretudo as mais pobres, estarão vulneráveis à

dinâmica das habilidades socioemocionais que visarão aumentar a resiliência das crianças da classe trabalhadora, resgatando o velho propósito excludente de uma sociedade escravocrata (FREITAS, 2018b).

A educação brasileira é sequestrada pelo empresariado para atender os objetivos da disputa ideológica, sendo um serviço e não um direito. Dessa forma, deixa o Estado de lado e filia-se às privatizações (Freitas, 2018). Um dos grandes articuladores da BNCC foi Jorge Paulo Lemann, fundador da Fundação Lemann, deixando a dúvida de qual o real interesse de um dos homens mais ricos do Brasil, que atua em vários setores econômicos, na educação brasileira. Lemann segue a premissa de Henry Ford que afirmava:

Henry Ford criou uma empresa de classe mundial, líder em seu setor. Mais importante, a Ford não teria sobrevivido à competição se não houvesse ênfase nos resultados. Precisamos ver a educação da mesma maneira. Boas escolas funcionam como um negócio. Eles se preocupam com os resultados, avaliam rotineiramente a qualidade e medem as necessidades das crianças que servem (FREITAS, 2018, p. 46).

A privatização do ensino assegura o que o capitalismo sugere, além de garantir o aprendizado ao estudante, garante ainda mais o controle social pelo gerenciamento docente (Pereira; Evangelista, 2019). Os institutos atuantes na BNCC apoiam e financiam ela porque camufla seu real interesse, alegam garantir uma empregabilidade mas atuam no desmonte da educação pública (BERNARDINO; JÚNIOR, 2024). Freitas (2012) diz que a base com cunho obrigatório se torna uma base mercadológica, abrindo espaços para estas instituições agirem na formação de professores e elaboração de materiais didáticos.

Um exemplo disso é a Revista Nova Escola, que disponibiliza em seu site +6000 planos de aula alinhados com a BNCC, destacando o protagonismo do aluno e esforço produtivo (JAKIMIUI; BERNARDINO; JUNIOR, 2024), mais uma vez evidenciando o falso poder da meritocracia, que se caracteriza como “um sistema social, político e econômico em que os privilégios são obtidos pelo mérito e o poder é exercido pelos mais qualificados, mais competentes, mais talentosos” (VIEIRA et al, 2013, p. 318).

Em seus posicionamentos, o Movimento Todos Pela Base (MTB) alega ser uma organização não governamental e apartidária. Seus valores e missão afirmam que

é uma organização não governamental e apartidária que, desde 2013, por meio da construção conjunta com pessoas e instituições, se dedica a apoiar e monitorar a construção, a implementação com qualidade da BNCC (Base

Nacional Comum Curricular) e o seu aprimoramento ao longo do tempo (2025, s.p).

A Fundação Lemann também traz em seus posicionamentos, ser uma organização filantrópica, sem fins lucrativos e familiar,

A Fundação Lemann é uma organização não governamental, familiar, e sem fins lucrativos. Assim, todos os recursos vêm da família Lemann ou de outras organizações e filantropias coinvestidores. Atuamos com uma lógica de filantropia colaborativa, somando conhecimento, propósito e recursos para impulsionar ainda mais o impacto das iniciativas. Os programas realizados em parceria com órgãos públicos são feitos via acordos de cooperação técnica, em que não há transferência de recursos públicos para Fundação Lemann ou repasse financeiro de qualquer tipo aos governos. Ou seja, a Fundação Lemann não recebe nenhum tipo de financiamento governamental e não repassa dinheiro aos governos e secretarias (Fundação Lemann, 2023, s.p.)

Essa filantropia colaborativa demonstra que o objetivo é deslocar o papel do Estado na formulação e execução de políticas públicas, em especial, na Educação. De acordo com Fuchs (2019), a educação é uma das áreas nas quais a reconfiguração da hegemonia do poder impacta de forma muito perceptível. As pesquisas de Cássio (2018) apontam que

Em março de 2017, a Fundação Lemann formalizou uma parceria com o Google.org para a criação de uma plataforma digital “que oferecerá milhares de planos de aulas digitais, vídeos e outros materiais para ajudar professores de todo o País a criar experiências de aprendizado mais ricas para seus estudantes”, prometendo apoiar mais de “um milhão de professores” e atingir áreas de baixa conectividade [...] Em 2018, a Lemann e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciaram um aporte de R\$30 milhões para “levar, até 2024, internet de alta velocidade e assegurar a inserção tecnológica como ferramenta pedagógica a todas as escolas públicas [...] (Cássio, 2018, p. 248).

Os interesses do setor privado sobressaem os interesses de quem faz a escola, os professores e os alunos, Laval (2003) acredita que a ideologia neoliberal reforça e legitima a desregulamentação, tornando a escola um espaço apropriado para o mercado capital de troca. De acordo com Saviani (2021) a BNCC opera de forma oculta, moldam o que deve ser ensinado e obrigam os professores a desenvolver conteúdos programados com base em “competências e habilidades”, Freitas (2018) diz que ao focar na aprendizagem, eles esquecem de outros direitos essenciais como alimentação, moradia, renda e trabalho, que estão relacionados com o desempenho escolar.

Este cenário implica o que Chauí (2017) chama de ênfase mercantil e concorrencial, atinge todos os aspectos da vida humana e transforma os direitos sociais em serviços. Esses serviços passam a ser adquiridos e o indivíduo cria para

si uma narrativa que se vê obrigado a fazer parte do mercado, competindo por um direito que deveria ser seu, o neoliberalismo faz com que a proteção social seja negada (Freitas 2018).

O neoliberalismo impõe regras em todos os níveis da sociedade, sobretudo, na educação (EÇA, SANTOS, 2025). Ainda de acordo com Chauí (2017), os direitos sociais são abolidos pelo neoliberalismo e esta lógica neoliberal é pautada na obtenção de lucros em todos os ramos, a educação não foge dela. Cássio (2018) afirma que a implementação da BNCC é um retrocesso na educação brasileira, porque ela se estabelece como uma proposta de supostas oportunidades de igualdade social, sendo uma ameaça democrática ao receber projetos extremamente sofisticados para estudá-la e implantá-la.

O projeto de educação, no entanto, pelo seu caráter público, laica, democrática, deve

[...] ser desenvolvido nas nossas escolas têm que estar pautado na realidade, visando a sua transformação, pois se compreende que a realidade não é algo pronto e acabado. Não se trata, no entanto, de atribuir à escola nenhuma função salvacionista, mas reconhecer seu incontestável papel social no desenvolvimento de processos educativos, na sistematização e socialização da cultura historicamente produzida pelos homens (DOURADO; MORAES; OLIVEIRA, 2005, p.2).

Dessa forma, o neoliberalismo não contribui para uma educação que atenda as necessidades da sociedade que almeja uma formação humana, mas favorece o mercado que se sustenta na exploração do ser humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste estudo, abordamos a influência do neoliberalismo na educação brasileira, em especial, na BNCC e suas influências na elaboração de currículos da educação básica. O neoliberalismo entra em evidência nos anos 1980, tendo como principais precursores Thatcher e Reagan. Essa tendência chega e mostra ao mundo o que a privatização faz com as políticas públicas, enfraquece o Estado e aumenta as desigualdades sociais. No Brasil, o neoliberalismo ganhou muita força nos governos de Collor, FHC, Temer e Bolsonaro, trazendo uma onda de privatização às estatais e graves cortes de orçamento público.

Órgãos internacionais como o BM e o FMI apoiam essas reformas e direcionam recursos e políticas que condizem com a lógica do mercado. No Brasil,

não foi diferente, a elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ficou marcada por ser estruturada, principalmente, durante um processo de impeachment jurídico, midiático e golpista, que contou com o apoio de grandes empresas e organizações filantrópicas que visa a mercantilização e a padronização da educação, reforçando a lógica da competição, produtividade e mercados financeiros. A forte influência dos grupos econômicos, fundações e instituições das políticas educacionais, inclusive com a presença de representantes do Conselho Nacional de Educação.

A BNCC impõe uma educação voltada para o mercado de trabalho, que, ao analisá-la a fundo, percebemos que o termo “mundo do trabalho” aparece mais vezes que “direito à aprendizagem”, pois este não aparece nenhuma vez no documento. Além de preparar para o sistema capitalista, a BNCC exclui os mais desfavorecidos e aumenta as desigualdades socioeconômicas. A privatização reforça a ideia de mercantilização da educação, impactando diretamente na criação de materiais didáticos e formações continuadas para professores, trazendo prejuízos a uma educação de qualidade.

A influência neoliberal na educação brasileira contribui para uma precarização do ensino público, intensifica a desigualdade social por meio de currículos padronizados e transforma as escolas em um grande mercado de troca, onde os interesses do capitalismo prevalecem sobre os direitos básicos da cidadania.

Lutar por uma política educacional que priorize os direitos sociais, inclui e fortalece a participação de toda a população envolvida no fazer educacional, valorizando a diversidade cultural local e regional, é se contrapor ao neoliberalismo. Resistir às reformas de padronização e privatização de ensino, promover a construção de uma escola pública, democrática e participativa, faz-se necessário. Resistir e esperar é imprescindível. Incentivar mobilizações sociais, formar cidadãos críticos, fortalecer movimentos sociais e abrir caminhos que resistam a imposições do mercado, conscientes dos seus direitos e promover a cultura.

Sonhar com uma educação crítica, emancipadora e humanista é imaginar um sistema que valorize o desenvolvimento integral do ser humano, promovendo os direitos básicos, de educação, saúde, cultura e dignidade. Essa escola sonhada é aquela que reconhece a diversidade cultural, respeita as diferenças e promove a inclusão de todos, especialmente dos mais vulneráveis. A educação liberta.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO NACIONAL PELA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (ANFOPE). **Manifesto contra a Medida Provisória nº 746/2016**. Goiânia, 12 out. 2016. Disponível em: Disponível em: <<http://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2018/05/Manifesto-Anfope-MP-746-12.10.2016R>>. Acesso em 13 mai. 2025.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017. Disponível em <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 02 dez. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério e dá outras providências. Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9424.htm . Acesso em: 15 abr. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007**. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. Brasília, DF, 2007. Disponível em: https://planodecarreira.mec.gov.br/images/pdf/lei_11494_20062007.pdf . Acesso em: 5 abr. 2025.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**, Lei nº 13.005 de 2014. Brasília: MEC, 2014.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Ministro conversa sobre educação com representantes da indústria**. Portal do MEC. <http://portal.mec.gov.br/component/content/index.php?option=com_content&view=article&id=69211:ministro-conversa-sobre-educacao-com-representantes-da-industria&catid=389&Itemid=86> Brasília, 2018. Acesso em: 31 mai. 2025.
- CÁSSIO, Fernando. Base Nacional Comum Curricular: ponto de saturação e retrocesso na educação. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 12, n. 23, p. 239–254, 2018. Disponível em <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/887> Acesso em 26 jun. 2025.
- CHAUI, Marilena. (30 de janeiro de 2017). **O retrato de uma catástrofe**. Disponível em Jornalistas Livres: https://m.facebook.com/watch/?v=475162479274301&_rdr Acesso 8 mai 2025.
- CORRÊA, Frederico dos R., CARVALHO, Fabrício Aarão F. A descentralização financeira dos recursos públicos para a Educação Básica e a política de Fundos. **Revista Educação e Políticas em Debate** – v. 10, n. 1, p. 84-99, jan./abr. 2021. Disponível em:

<<https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/download/57792/31138/254687>> Acesso em: 10 abr. 2025.

COUTO, Lúcia Helena. **Currículo como Direito de Aprendizagem: Uma Experiência Nacional para o Ciclo de Alfabetização**. 93 páginas. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2014.

DOURADO, Ivan Pentado; MACIEL, Ariana Luz. **A pedagogia histórico-crítica e a BNCC: uma análise sobre a prática educativa**. 34º Seminário de Iniciação Científica UDESC. Santa Catarina, 2024.

DOURADO, Luiz Fernandes; MOREIRA, Karine Nunes; OLIVEIRA, João Ferreira. **Função social da educação e da escola**. A educação na cidade. São Paulo: Cortez, 2005.

DURHAM, Eunice Ribeiro. A Educação no Governo Fernando Henrique Cardoso. **Tempo Social; Rev. Sociol.** USP, S. Paulo, 11(2): 231-254, out. 1999 (editado em fev. 2000).

EÇA, Antoniclebio Cavalcante; SANTOS, Arlete Ramos dos. **Política de organização do trabalho escolar pós reformas educacionais na educação básica: entre descentralização e autonomia**. Editora Nova Terra. Senhor do Bonfim, Bahia, 2024.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle no processo pedagógico na escola. Campinas: **Educ. Soc.**, v. 35, n. 129, set-dez, 2014.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A Reforma Empresarial da Educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo, Expressão Popular, 2018.

FREITAS, Luiz Carlos de. **BNCC: uma base para o gerencialismo populista**. 2017. Disponível em: <<https://avaliacaoeducacional.com/2017/04/07/bncc-uma-base-para-o-gerencialismo-populista/>> Acesso em: 27 abr. 2025.

FREITAS, Luiz Carlos de. **BNCC: o mito dos 12 milhões de participantes**, 03 dez. 2017. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/2017/12/03/bncc-o-mito-dos-12-milhoes-de-participantes-antes> Acesso em: 13 fev. 2025.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Dia D da BNCC: doze razões para não ser coadjuvante**, 05 mar. 2018a. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/2018/03/05/dia-d-da-bncc-12-razoes-para-nao-sercoadjuvante> Acesso em: 13 fev. 2025.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A BNCC e a “salvação” dos pobres pela resiliência**, 08 mar. 2018b. Disponível em:

<https://avaliacaoeducacional.com/2018/03/08/a-bncc-e-a-salvacao-dos-pobres-pelar-esiliencia> Acesso: 13 fev. 2025.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação & Sociedade**, v. 33, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Escola pública brasileira na atualidade: lições da história. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabela Moura (orgs). **A escola pública no Brasil**: história e historiografia. Campinas: Autores Associados, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Reforma do Ensino Médio do (des)governo de turno: decreta-se uma escola para ricos e outra para pobres. **Movimento Revista de Educação**. Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Federal Fluminense. Ano 3, n5. Rio de Janeiro, 2016.

FUCHS, Henri Luiz. **A formação docente a partir de currículos decoloniais**: análises e experiências instituintes em cursos de pedagogia na ABYA YALA. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade La Salle, Canoas, 2019.

G1. **Veja como deputados votaram no impeachment de Dilma, na PEC 241, na reforma trabalhista e na denúncia contra Temer**. G1 – Política, 2 ago. 2017.

Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/veja-como-deputados-votaram-no-impeachment-de-dilma-na-pec-241-na-reforma-trabalhista-e-na-denuncia-contr-temer.ghtml> .

Acesso em: 13 fev. 2025.

GARCIA, Débora. **A política de assistência estudantil na educação superior**: um estudo de caso do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (2012-2016). 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2018.

GENTILI, Pablo. **A falsificação do consenso**: simulação e imposição na reforma educacional do neoliberalismo. 2ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro. Editora Vozes, 1998.

GIL, Carlos Antonio. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª edição. São Paulo. Editora Atlas S.A. 1987.

JAKIMIU, Vanessa Campos de; BERNARDINO, Amanda; JUNIOR, João Eudes Alexandre de Souza. **Interesses privatistas na educação**: a BNCC como expressão da Pedagogia do mercado. Editora Nova Terra. Senhor do Bonfim, Bahia, 2024.

LAVAL, Christian. **A Escola não é uma empresa: O neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Londrina: Editora Planta, 2003.

LIMA, Rafael J. da Costa. Delineando o cenário da privatização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN): uma perspectiva de interpretação do processo a partir da mobilização dos agentes políticos locais. **Perfiles Económicos** Nº2, Diciembre 2016, pp. 87-127, ISSN 0719-756X. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/327617929_Delineando_o_cenario_da_privatizacao_da_Companhia_Siderurgica_Nacional_CSN_uma_perspectiva_de_interpretacao_do_processo_a_partir_da_mobilizacao_dos_agentes_politicos_locais. Acesso em: 15 mai. 2025.

LIMA, Tatiane; CUNHA, Mauro. A educação superior no Brasil contemporâneo (1995-2016): uma análise dos governos Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. **Jornal de Políticas Educacionais**. V.14, ed 71794. Junho/2020.

MACIEL, David. O governo Collor e o neoliberalismo no Brasil (1990 - 1992). **Revista UFG** / Dezembro 2011 / Ano XIII nº 11, p. 98 - 111. Disponível em: < <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/download/48390/23725/>> Acesso em: 15 mai. 2025.

MARX, Karl. **O capital**, Livro I. Boitempo. São Paulo, 2013.

MESZÁROS, István. **A crise do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. 1. ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2011.

MIGUEL, Luis Felipe. O novo Ensino Médio. **Revista A Terra É Redonda**. ISSN 3085-7120, 2023. Acesso em 22 abr. 2025.

MOREIRA, Walter. **Revisão de Literatura e Desenvolvimento Científico**: conceitos e estratégias para confecção. Janus, Lorena, ano 1, nº1, 2º semestre/2004.

MORGAN, Karine Vichielt; MOCARZEL, Marcelo Siqueira Maia Vinagre. Os bancos nos bancos da escola: o setor bancário na educação pública brasileira. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 45, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.278750> . Acesso em: 15 abr. 2025.

NOVAES, Henrique Tahan; OKUMURA, Julio Hideyshi. O papel das Fundações, ONGs e institutos na destruição da educação pública na América Latina. In: NOVAES, Henrique Tahan (org.). **Educação para além do capital e políticas educacionais na América Latina**. Marília: Ocina Universitária, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. p. 41-47.

OLIVEIRA, Fernando Bonadia de. Entre Liberais e Tecnicistas: a didática nas reformas de ensino. **Educação em Revista**. v.36, e220281. Belo Horizonte, 2020.

PEREIRA, Jennifer Nascimento; EVANGELISTA, Olinda. **Quando o capital educa o educador: BNCC, Nova Escola e Lemann**. Movimento. Niterói, Rio de Janeiro, 2019.

PEREIRA, João Marcio Mendes. **Como o Banco Mundial se engajou na Neoliberalização do Capitalismo Global? Aspectos Financeiros, Políticos, Sociais e Intelectuais**. Vol. 6, n2. Rio de Janeiro, 2025.

PERONI, Vera Maria Vidal; CAETANO Raquel Caetano. O Público e o Privado na Educação Projetos em Disputa? In: **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, n. 17, p. 337-352, jul./dez. 2015.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. São Paulo: Paz & Terra, 2008.

SAVIANI, Dermeval. Políticas educacionais em tempos de golpe: retrocessos das formas de resistência. **Roteiro**, Joaçaba, v. 45, p. 1- 18, jan./dez. 2020. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-6059202000010020
2 Acesso em: 09 set. 2024.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12 n. 34 jan./abr. Minas Gerais, 2007.

SAVIANI, Dermeval. A defesa da Escola Pública na perspectiva histórico-crítica em tempos de suicídio democrático. **Estudos sobre Educação**, v. 31, n.esp.1,esp.012020, p.03-22. Presidente Prudente, São Paulo, 2020.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 44ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2021a.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 12ª ed. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2021b.

SENA, Ivânia Paula Freitas de Souza; SILVA, Fábio Dantas; SILVA, Wellington Araújo. A Educação Brasileira Sitiada: Reformas Neoliberais e Seus Objetivos da Classe Trabalhadora. **Revista LES - Linguagem, Educação e Sociedade**. v.28, nº28, 2024.

TRICHES, Eliane de Fátima. **A Formulação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e concepções em disputa sobre o processo alfabetizador da criança (2015-2017)**. 2018. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2018.

VIEIRA, Cecília Maria; BORGES, Kamylla Pereira; GONZAGA, Laerson Pires; OLIVEIRA, Natássia Duarte Garcia Leite de. Reflexões sobre a meritocracia na educação brasileira. **Revista Reflexões e Ação**. v. 21, p.316-334, jan./jun.2013.